



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

PAD N.º 7.732/2019

DECISÃO

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 29/2019, cujo objeto é a contratação de serviços de publicação de aviso de licitação em jornais de grande circulação local e nacional, a qual foi interposta pela empresa GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAL EIRELI EPP, doc. n.º 163.416/2019.

Preliminarmente, em que pese a empresa ter instrumentalizado sua peça sob o tipo pedido de esclarecimento, considerando o conteúdo de seu pedido e a natureza da pretensão, em atenção ao princípio da fungibilidade, recebo como impugnação ao edital, vez que objetiva alterações para afastar possível ilegalidade, consubstanciada em condição restritiva.

Em sua impugnação, pede a inclusão, no item 1, da referência ao jornal Tribuna da Bahia dentre os admitidos para as publicações, alegando ser veículo de ampla circulação local, o que pretende demonstrar ao indicar dezenas de órgãos públicos que o utilizam para a divulgação de seus atos.

Após manifestação da unidade demandante, doc. n.º 163.417/2019, o Pregoeiro manifestou concordância com as alegações da impugnante, entendendo que as especificações tanto do item impugnado como o outro configuram a restrição à competição, o que é vedado na Lei 8.666/2019.

Mediante Parecer n.º 636/2019, doc. n.º 168.189/2019, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, esclarecendo que a inserção de cláusula restritiva, desde que devidamente motivada, pode ser admitida, o que não foi feito no presente processo, recomendou a alteração do edital, para que sejam excluídas das especificações dos itens 1 e 2 as referências aos jornais ali enumerados, bem como o indeferimento do pedido de inclusão do jornal Tribuna da Bahia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

Recomendou, ainda, que se evite que as publicações sejam feitas em jornais tidos como sensacionalistas e que o uso das plataformas digitais para a veiculação dos avisos não pode ser adotado com exclusividade, por ausência de previsão legal para tanto.

Deste modo, acolhendo as manifestações da SECONT, do Pregoeiro e da ASJUR1, documentos n.ºs 163.417, 163.590 e 168.189/2019, e com base nas atribuições do art. 132 da Resolução Administrativa 13/2019, conheço da presente impugnação e, no mérito, defiro parcialmente, determinando a alteração do Edital, com a exclusão da referência aos jornais A Tarde e Correio da Bahia do item 1, bem como dos jornais Folha de São Paulo e Valor Econômico do item 2.

Ao Pregoeiro, para as providências devidas, inclusive notificar o impugnante da decisão proferida, prosseguindo-se ao andamento do procedimento licitatório.

Em 21.08.2019

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral